

Editorial

Os lugares da infância na sociedade, bem como a sua condição de cidadão de direitos conquistada nos últimos anos, têm lançado desafios reflexivos e práticos aos educadores e intelectuais que se ocupam da educação e da gestão de instituições de Educação Infantil. A nova configuração conceitual dessa etapa da vida humana trazida recentemente pela Sociologia e pela Antropologia da infância abre, ao campo educacional, temporalidades e espaços discursivos antes silenciados e/ou ignorados, induzindo a um novo olhar para a criança que deixa de ser “in-fante” (aquele que não fala) para ocupar o lugar de sujeito ator/protagonista nas práticas escolares. São reflexões dessa ordem que articulam os diversos artigos que integram este número da revista *Contexto & Educação*, dando continuidade às discussões sobre infância e cultura iniciadas no número anterior.

Iniciamos discutindo as políticas públicas para a infância, com a colaboração de Daniele Dorotéia Rocha da Silva e Alda Maria Duarte Araújo Castro, no artigo que leva o título “*Políticas Públicas para a infância no Brasil: desafios de assegurar garantia de direitos*”. Nele as autoras analisam as políticas voltadas à infância como políticas sociais que têm origem na Declaração de Genebra (1923), a partir da qual a criança é vista como sujeito de direitos. Abordam o contexto em que tais políticas surgem como intenções e tensões contraditórias no seio dos interesses históricos do grande capital com a participação da sociedade civil e mostram como, nesse embate, as políticas públicas brasileiras voltadas à infância surgem calcadas no modelo assistencialista, numa tentativa de suprir as necessidades das classes subalternas por meio da ação do Estado que, perversamente, beneficia o trabalhador enquanto um sujeito excluído dos bens e serviços. Nessa perspectiva crítica, as autoras destacam o reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente na Constituição Brasileira e no ECA, não como um fato isolado, mas como uma conquista que, contudo, continua sendo efetivada de modo superficial, sem as

garantias necessárias, por parte do Estado, para que as crianças desfrutem das condições de vida que seus direitos lhes asseguram. Denunciam, ainda, as políticas neoliberais que, a partir dos anos 90 do século 20, buscam legitimar formas privadas na provisão de “políticas sociais”, atribuindo à sociedade civil, por meio das ONGs ou do chamado “Terceiro Setor”, ações que deveriam ser de responsabilidade do Estado.

As mudanças de concepção sobre a infância geram demandas de políticas para a formação de professores. É o que nos mostra o artigo de Maria Luiza Rodrigues Flores ao relatar, no artigo *Formação de Profissionais para a Educação Infantil em nível Superior: a experiência do curso de Pedagogia oferecido pela UERGS em convênio com a prefeitura de Porto Alegre*, a experiência de formação docente no programa conveniado entre as duas instituições com vistas à qualificação do atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos. Dando continuidade ao seu compromisso histórico com a qualificação de professores, a partir de 2002 a Secretaria de Educação (Smed) mediu o convênio assinado com a UERGS para a realização de um programa de formação de educadores populares, em atuação nas creches e escolas de Educação Infantil, em curso de Pedagogia cujo currículo contemplasse a relação teoria/prática, valorizando os saberes e as experiências desses educadores. Dessa forma, buscava-se atender tanto à legislação, que levou a uma significativa ampliação da rede de escolas de Educação Infantil, quanto às reivindicações dos próprios educadores populares e das organizações da sociedade civil, pela qualificação das ações educativas em creches e escolas infantis. O princípio de formação que privilegiou o movimento de reflexão e teorização sobre as práticas cotidianas repercutiu de imediato na qualidade da ação docente, consolidando um novo modo de ver e tratar a criança em seu processo de desenvolvimento e educação.

No artigo *A Construção Social do Conceito de Infância; algumas interlocuções históricas e sociológicas*, Cláudia Terra do Nascimento, Vantoir Brancher e Valeska Fortes de Oliveira tomam como ponto de partida a historiografia para revelar as conseqüências sociais e jurídicas do surgimento do concei-

to de infância na modernidade. A criança vista como um ser frágil, irracional e biologicamente incompleto, que necessita ser protegido, não teria meios para se movimentar autonomamente, precisando ser disciplinado para aprender atitudes socialmente valorizadas. Daí a institucionalização da escola e o surgimento de uma pedagogia para a infância que nos permitem falar de uma construção social da infância em que as culturas produzem significações para cada etapa da existência. As autoras destacam o surgimento da “Sociologia da Infância” como uma área de estudos e pesquisa que vem se opondo a essa concepção de criança como objeto passivo de uma socialização regida pelos adultos. Propõem a intensificação da interdisciplinaridade, nesse campo de estudos, para que a criança seja vista como ser biopsicossocial e para que o imaginário social seja entendido como processo inerente ao desenvolvimento da racionalidade e da personalidade de cada criança. Nessa perspectiva, o campo de estudos sobre o imaginário social pode ser tomado como referência para ver e ouvir as crianças na pesquisa educacional.

Na mesma linha de reflexão o artigo de Jader Janer Moreira Lopes, intitulado *Geografia das Crianças: as contribuições da Geografia para o estudo das crianças e suas infâncias*, toma como referência os estudos da Antropologia da Infância para mostrar que a infância não é um “não-lugar” ou um “não-tempo”. As crianças são, sim, produtoras de cultura e negociam com as demais categorias sociais a sua existência, criando espaços de transgressão/invenção/criação. Na produção dos territórios da infância, as crianças vivem o espaço em diversas dimensões: interpretam, reproduzem, criam, inventam, reorganizam o espaço e seus objetos. Assim sendo, o autor destaca a necessidade de novas políticas educativas que permitam romper com as visões reducionistas e adultocêntricas que marcam nosso olhar sobre a criança e suas interações com o mundo. A Geografia, enquanto ciência que tem sua configuração na idéia de “presença” está, assim, convocada a desvelar a complexidade que envolve a atuação da criança para, desse modo, vê-la como mais um participante nos processos de elaboração das dimensões sociais e materializá-las como sujeitos reais na constituição do território e da sociedade brasileira.

O artigo do professor Clemente Herrero Fabregat *La ciudad Espacio Constrido y Vivido por la Persona: implicaciones educativas*, completa nossa reflexão sobre o sentido da Geografia ao propor o estudo da cidade como espaço vivido e construído pelas pessoas que a habitam. Segundo o autor, é importante conhecer o modo como as transformações e trocas urbanas vão modificando as formas de viver, perceber e imaginar a cidade. O homem, inserido em distintos grupos, constrói seu espaço pessoal em diferentes cenários sociais, daí porque a construção dos mapas cognitivos, que estão na base do comportamento das pessoas em seus deslocamentos, sofre a influência de fatores econômicos e sociais e é carregada de significações e sentimentos, formando na mente dos sujeitos e dos grupos sociais espaços que possuem valor simbólico. Uma visão crítica e dialética do fato urbano, portanto, deve completar-se com um olhar humanista e simbólico, no qual o “mundo da vida” e as histórias pessoais adquirem grande importância.

Maria Aparecida Bergamaschi nos leva ao cenário da educação indígena com o instigante artigo *Infância nas aldeias Guarani: um modo próprio de estar dos kyringüic*. A partir de pesquisa etnográfica realizada em três aldeias Guarani do Rio Grande do Sul, a autora mostra o quanto a cultura desse povo tem a nos dizer sobre a autonomia e o protagonismo infantil na sua educação. Enfatizando esses aspectos como características marcantes na educação dos *Kyringüe*, a autora ressalta que a autonomia é exercida pelas crianças Guarani não como individualismo que as isola e afasta, mas sim como reconhecimento de cada um no coletivo. Segundo Bergamaschi, “são situações concretas que revelam uma forma de estar no mundo e se dispor a ele, desde o nascimento, em que o corpo abriga-se na carinhosa contigüidade propiciada pela proximidade amorosa do colo da mãe e na comunicação corporal que acontece nas brincadeiras, nas danças, no contato com os irmãos e outras crianças do grupo familiar, com o pai, com os avós e demais parentes, mas que evidencia, também, o quanto cada pessoa deve, desde pequena, responsabilizar-se por si”. Ao inserir-se na cultura, respeitando a tradição e o desenvolvimento espontâneo da criança, o povo Guarani deixa à mostra uma visão abrangente de educação, elegendo a afetividade e a emoção como modo natural de aprender e

desenvolver-se na coerência interna de sua cultura. Desse modo, nas escolas das aldeias, mesmo impregnadas da cosmologia ocidental, os Guarani constroem formas próprias de ensinar e aprender.

Rodolfo Sánchez Garrafa dá continuidade à reflexão sobre identidade cultural no artigo *Identidad Cultural y Demandas de Interculturalidad: um ensayo bibliográfico* defendendo a idéia de que a chave de entrada para um tempo que se pretende seja marcado pelo diálogo intercultural e, em conseqüência, pela participação política e pela equidade social, sem exclusões, é a consciência de nossa identidade cultural. Tomando como referência a Psicologia do Desenvolvimento o autor argumenta que o processo de formação da identidade cultural inicia-se na educação familiar, quando a criança toma consciência de sua identidade como ser biológico e afetivo. Esta identidade é um mecanismo fundamental para a formação da personalidade e socialização da criança, pois possibilita o estabelecimento de um tipo de conduta que emerge da cultura dos pais. A identidade constituída no seio familiar conduz a criança em suas motivações, atitudes, ideais e valores, imprime-lhe noções de sagrado, de belo e de bom, próprias de seu grupo cultural. O sistema educativo, todavia, aparece, tradicionalmente, como um dos principais responsáveis pelas rupturas dos sujeitos com sua cultura. Isso corre, em especial, pelo fomento à incomunicabilidade entre as diversidades ao impor um único veículo lingüístico, decretando, em conseqüência, a proscrição das línguas nativas na valorização apenas dos esquemas culturais “branco-mestiço-ocidental”. O autor reconhece, no entanto, que, felizmente, hoje cresce o reconhecimento de que a variedade cultural é uma característica que merece ser conservada nas identidades nacionais. Nessa perspectiva, cabe à educação promover a integração de uma sociedade diversa a partir de um paradigma intercultural que nos obriga a descobrir o outro como diferente e, ao mesmo tempo, reconhecê-lo como igual em direitos e em cidadania.

A agressividade e a violência infantis têm sido também motivos de preocupação nas escolas. Diante dessa constatação Cláudia Luíza Caimi, Luís Fernando L. Oliveira e Roberta Cavalheiro Haushahn trazem sua colaboração

no artigo *Concepções de agressividade no âmbito da educação Infantil*, o qual relata conclusões de pesquisa que envolveu educadoras que atuam nesse nível de ensino. Tomando como referência a Psicanálise freudiano-lacanianiana os autores fazem a escuta das vozes das educadoras, conduzindo o leitor à reflexão acerca do modo como os clássicos da Pedagogia, como Rousseau, Froebel e outros, legaram à educação a idéia de criança como um ser puro, angelical e bom. A partir dos interlocutores da pesquisa, no entanto, os autores deste artigo ressaltam a necessidade de diferenciação entre violência e agressividade, uma vez que esta faz parte da constituição do eu à medida que a criança vai delimitando os contornos de sua subjetividade na compreensão do que é o eu e o que é o outro. Nesse período, descrito por Lacan como de transitivismo, fica evidente uma ambivalência de emoções e uma agressividade estrutural. A violência, contudo, usa a agressividade com fins destrutivos, sobrepõe-se às leis e é arbitrária. Desse modo, justifica-se a premissa freudiana de que “é graças à subordinação cultural que a agressividade tem possibilidade de ser viável socialmente”. A escola é um exemplo de espaço socializador e civilizatório no qual a subordinação se faz necessária e é ensinada por meio das regras, normas e rotinas do cotidiano. Ao reconhecer a diferença entre agressividade e violência, o foco da ação educativa não estaria centrado no controle dessas manifestações e sim na tentativa de seu entendimento, ou seja, o educador procuraria “escutar uma mensagem emitida pela criança, conseguindo suportar *os ruídos do processo de constituição do eu*”.

No texto *Um palco para o conto de fadas: uma experiência teatral com crianças na Educação Infantil*, Luiz Fernando de Souza narra a experiência teatral realizada com crianças pequenas na Creche Fiocruz – Rio de Janeiro. Mantendo um profícuo diálogo com autores como Bettelheim, Bakhtin, Benjamin e Fischer, o autor nos mostra a possibilidade de desenvolver a expressão corporal das crianças e aproximá-las da arte vivenciando uma experiência lúdica e criativa pelo exercício de suas aptidões para a dramatização espontânea. Essa prática, numa perspectiva bakhtiniana, é considerada um ato ético que oferece à criança oportunidade de construção coletiva de um conhecimento sensível no exercício dialógico e compartilhado do teatro. Em

Bruno Bettelheim o autor busca o sentido para a inserção do conto de fadas no jogo dramático, argumentando que essa narrativa fantasiosa oferece uma possibilidade para a criança construir significados para a vida que pulsa ao seu redor e dentro dela, pelo enriquecimento de capacidades como a imaginação, as emoções e o intelecto. Com Walter Benjamin o autor agrega a sua experiência o conceito de “teatro infantil proletário” e enfatiza que o papel do educador no teatro infantil proletário não é o de promover a educação moral das crianças ou prepará-las para exercer um papel na sociedade burguesa, mas sim de incentivá-las a se exercitarem coletivamente. Ao educador cabe desenvolver a observação para capturar o “gesto infantil” como um sinal emitido pela infância e que deve ser traduzido pelo adulto.

Por fim, Márcia Gobbi nos instiga a refletir sobre o sentido dos desenhos infantis no artigo *Desenhos e fotografias: marcas indiciárias das culturas infantis*. Na perspectiva das Ciências Sociais, sobretudo a Antropologia e a História, os desenhos infantis são vistos pela autora como representações individuais ou coletivas da realidade e, portanto, revelação das relações com o mundo adulto. Desse modo, entende que devem ser tratados como documentos históricos com o peso e a importância de tantos outros assim considerados. Concebendo-se as crianças como construtoras de cultura, seus desenhos são vistos como suportes que revelam aspectos diversos da própria cultura. Assim, tomar os desenhos infantis como documentos encontrará ressonância em abordagens que procuram ampliar os objetos de análise em pesquisas sobre a infância, na medida em que os mesmos podem ser acrescidos de informações de outra ordem, aumentando o leque de indícios sobre as diferentes infâncias construídas socialmente. Nessa perspectiva, os desenhos e fotografias nos mostram algo sobre os personagens e os desenhistas, porém há elementos circunscritos no espaço e no tempo, são fatos e significados que somados revelam sua história, sua criação. São fragmentos que, simultaneamente, se dão a conhecer e se escondem, daí porque procurar conhecê-los é fundamental, sobretudo para o campo teórico da educação e da História, “considerando a produção de um segmento social – as crianças e suas infâncias – há muito concebido como inferior e como personagem emudecido na História”.

Para encerrar, trazemos a resenha crítica da obra *Sapos y Culebras y Cuentos Feministas: los niños de preescolar y el género*, elaborada por Lúria Ângela Andrioli. Nela a autora relata o instigante trabalho realizado pelo autor da obra resenhada com crianças australianas de 4 a 5 anos, no qual buscou compreender o modo como, a partir de contos feministas, se estabelece e se mantém a separação entre os sexos feminino e masculino. A obra leva seus leitores a refletirem sobre as relações familiares e sociais que induzem à identificação das crianças com um ou outro sexo a partir dos discursos e práticas sociais cotidianas.

Nessa seleção de artigos, esta edição da Revista Contexto & Educação se constitui em mais um esforço de aproximação ao complexo tema da Educação Infantil, iniciado no número anterior. Agradecemos aos colaboradores que se dispuseram a socializar suas pesquisas e reflexões sobre práticas e investigações que abrem a possibilidade de conhecer a criança a partir de suas vozes e da expressões de suas culturas. Reconhecemos que muitas outras temáticas mereceriam ser abordadas e por essa razão julgamos que a leitura deverá valer a pena se instigar ao diálogo e servir de ponto de partida para a interlocução com outros pesquisadores desse campo de estudo.

Anna Rosa Fontella Santiago

Noeli Valentina Weschenfelder

Organizadoras